



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 9 de Janeiro de 2004 (13.01)
(OR. en, fi)**

5166/04

**COPEN 6
EJN 2
EUROJUST 2**

NOTA DE ENVIO

de: Pekka NURMI, Director-Geral, Ministério da Justiça, Finlândia
data de recepção: 7 de Janeiro de 2004
para: Hans G. NILSSON, Chefe de Divisão, DG H III, Secretariado-Geral do Conselho

Assunto: Decisão-Quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu
- Notificações exigidas pela Decisão-Quadro

A Finlândia apresenta as seguintes notificações no âmbito da Decisão-Quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros (2002/584/JAI).

N.º 3 do artigo 6.º

N.º 1 do artigo 6.º

"Os procuradores (*syyttäjä*) são as autoridades judiciais competentes para emitir um mandado de detenção europeu para efeitos de procedimento penal.

A Agência das Sanções Penais (*rikosseuraamusvirasto*) é a autoridade judicial competente para emitir um mandado de detenção europeu para efeitos de cumprimento de uma pena privativa de liberdade."

N.º 2 do artigo 6.º

As autoridades judiciárias competentes em matéria de execução de um mandado de detenção europeu são os tribunais de primeira instância (*käräjäoikeus*) de Helsínquia, Kuopio, Oulu e Tampere, bem como o Supremo Tribunal (*korkein oikeus*).

As autoridades judiciárias competentes em matéria de recepção de um mandado de detenção europeu são os agentes do Ministério Público junto dos tribunais de primeira instância de Helsínquia, Kuopio, Oulu e Tampere. Em casos especiais; podem também ser competentes outros procuradores."

N.º 2 do artigo 7.º

"As autoridades centrais são o Gabinete SIRENE do Serviço Central da Polícia Judiciária (*Keskusrikospoliisi*) e o Ministério da Justiça.

O Gabinete SIRENE é competente para transmitir aos procuradores competentes os mandados de detenção europeus e qualquer outra correspondência oficial que diga respeito a esses mandados. Os mandados de detenção europeus e a correspondência a eles respeitante podem no entanto ser também enviados directamente ao procurador competente.

O Ministério da Justiça serve de autoridade central que pode ser contactada em questões relacionadas com um mandado de detenção europeu. Caso necessário, se outros métodos de transmissão não puderem ser considerados adequados, o Ministério da Justiça pode receber mandados de detenção europeus para efeitos de transmissão ao procurador competente.

Endereços:

SIRENE Finland
P.O.BOX 285
01301 Vantaa Finland

tel +358 9 8388 6910
fax +358 9 8388 6911
e-mail KRP-SIRENE@krp.poliisi.fi

Ministry of Justice, International Affairs
P.O.BOX 25
FIN-00023 Government
Finland

tel +358 9 16003
fax +358 9 16067524
e-mail central.authority@om.fi

N.º 2 do artigo 8.º

"A Finlândia aceita que o mandado de detenção europeu seja redigido em finlandês, sueco ou inglês."

N.º 2 do artigo 25.º

"O Ministério da Justiça é responsável pela recepção dos pedidos de trânsitos e dos documentos necessários, bem como por toda e qualquer outra correspondência relacionada com os pedidos de trânsito."

(a.) Pekka Nurmi
